
RESUMO EXECUTIVO - REUNIÃO DEFESA PROFISSIONAL DIA 20 DE MAIO 2021

Local: Via Web

Horário: 19:30 – 21:00

Coordenação:

Dr. José Fernando Macedo – Diretor de Defesa Profissional AMB

Convidados: Diretores de Defesa Profissional das Sociedades de Especialidade Médica e Federadas

Comitê Diretivo Defesa Profissional AMB

Dr. José Fernando Macedo, Diretor de Defesa Profissional da AMB após cumprimentar os presentes, abriu os trabalhos.

- 1) Apresentação do Dr. Marun Cury sobre as atividades da Comissão Temática da Legislação (anexo único)

Comentários realizados pelo Assessor Parlamentar Dr. Napoleão Puento de Salles:

Sobre a Lei 9656/1998:

Existem inúmeros Projetos de Lei sobre planos de saúde, sendo que ao PL 7419/2006 têm sido apensadas todas as propostas relacionadas aos planos de saúde, atualmente com mais de 250 PL apensados.

Lembra que no final de 2016 foi instalada a Comissão Especial - PL 7419/06 - PLANOS DE SAÚDE e designado Relator, Dep. Rogério Marinho (PSDB-RN), com a participação da AMB em reuniões junto ao seu Relator.

Situação atual: em tramitação.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=332450>

Sobre Carreira Médica:

Como uma Lei Ordinária não pode criar carreira de Estado, a estratégia é a Proposta de Emenda à Constituição PEC 454 existente, que já passou pelo processo de admissibilidade e está pronta para plenária. O importante é a aprovação da Carreira de Estado para o Médico e depois ser discutida como será regulamentada.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=464909>

Sobre a CBHPM

Projeto de Lei Deputado Luizinho PL 1420/2021, atualmente aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

Entende ser uma boa estratégia a aprovação da CBHPM no SUS, ainda que não tenha detalhes suficientes para sua regulamentação. A previsão legal para o Sistema Único de Saúde irá mitigar as ações do CADE nas questões envolvendo a CBHPM.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2278185>

2) Apresentação Dr. Marcos Pimenta sobre Remuneração e Negociação na Saúde Suplementar (anexo único)

Dr. Eduardo Meirelles da Reumatologia aponta a possibilidade de ter um Projeto de Lei para se ter a CBHPM como a tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil, além do PL do Deputado Luizinho.

Também cita a importância de se denominar “Inflação da Saúde” e não inflação “médica”, que acaba por apontar o profissional médico como responsável pelos altos custos da assistência à saúde, inclusive das mensalidades dos planos.

Sobre o CADE, entende que deve haver integração das Assessorias Jurídicas das entidades médicas, AMB, CFM e FENAM e contratar uma banca jurídica de peso.

Sobre a contratualização, cita que as Sociedades devem ter mais espaço para participar da CATEC (Câmara Técnica de Contratualização) ANS.

Sobre o IBDM, ter mais notícias de como estão as ações e discussões estratégicas.

Dr. Marun relata que em São Paulo, no caso de descredenciamento injustificado de médico pelo plano de saúde, a Comissão Estadual de Honorários Médicos CEHM envia notificação à operadora, questionando conduta.

Dr. João Fernandes CBO questiona como está a Comissão de Saúde Suplementar (Comsu) do Conselho Federal de Medicina (CFM), que no Rio de Janeiro tem feito reuniões locais. Questiona ainda sobre a divulgação de webinar às Sociedades Médicas.

Dr. Florisval responde que a ideia é articular e realizar um trabalho em conjunto entre COMSU e CEHM. E sobre webinar segue link:

<https://www.youtube.com/user/TVAPM>

Dr. Zilli, SOMERJ, cita que a Comissão de Negociação no Rio de Janeiro é atuante e busca trazer o sindicato dos médicos para negociação.

Sobre o PL 1420/2021 Dep. Luizinho, entende ser mais “simples”, pois, a

CBHPM no SUS acaba com a discussão do CADE.

Dr. Fortini, AMMG, cita que o IBDM é uma força e vê a importância de haver união para o seu fortalecimento. Relata que em Minas Gerais existe a Comissão Estadual de Honorários Médicos e que o Departamento de Defesa Profissional é o seu carro chefe. Cita ainda a existência, em Minas Gerais, da Comissão Regional para negociações de honorários.

Dra. Miyuki citou que deve haver prazos para implementação das Comissões Estaduais de Honorários Médicos com coordenação nacional, visto que o período de negociação junto aos planos de saúde, conforme Lei 13.003/2014 é de 90 dias iniciais do ano, isto é, de janeiro até o final de março.

Do Fator de Qualidade, previsto na Resolução Normativa 364, tem havido aplicação de forma impositiva e até indevida (com redução) pela operadora. Sobre contratualização informa que existe revisão da Resolução Normativa 363, que regulamenta a Lei 13.003/2014 e que já houve Consulta Pública 76 encerrada.

<http://www.ans.gov.br/participacao-da-sociedade/consultas-e-participacoes-publicas/consultas-publicas-encerradas/consulta-publica-n-76-proposta-resolucao-normativa-sobre-as-regras-para-celebracao-dos-contratos-escritos-firmados-entre-as-operadoras-de-planos-de-assistencia-a-saude-e-os-prestadores-de-servicos-de-atencao-a-saude>

Dr. Macedo fala da importância da união médica e a força que os médicos podem ter junto à população, meios de comunicação e junto aos políticos.

Cita que as Comissões Estaduais de Honorários Médicos existem há muitos anos, porém devem ser reativadas/implementadas em todas as Federadas com a participação das Sociedades de Especialidades Médicas, sendo uma ação de Defesa Profissional das entidades médicas e AMB.

Sem mais assuntos a tratar, Dr. Macedo encerrou a reunião agradecendo da presença de todos.

Próxima reunião 17/06/2021 - quinta feira
Horário: 19:30 - 21:00
Plataforma Web